sábado, 29 de maio de 2010 **Diário Oficial** Poder Executivo - Seção I São Paulo, 120 (101) **– 55**

**Resolução, de 24-5-2010**

**Homologando**, com fundamento no artigo 9º da Lei

10.403, de 6 de julho de 1971, a Deliberação CEE 99/2010, que

dispõe sobre o reconhecimento e a renovação do reconhecimento

de cursos e habilitações oferecidos por instituições

DELIBERAÇÃO CEE 99/2010

Dispõe sobre o reconhecimento e a renovação do reconhecimento

de cursos e habilitações oferecidos por instituições de

Ensino superior

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições

e considerando o disposto na Lei 9.394/96, especialmente

em seus Art.s 10 (inciso IV), 17 (incisos I e II) e 46, na Indicação

CEE nº 100/2010, e nas Deliberações CEE nºs 07/2000, 48/2005,

63/2007 e 69/2007

DELIBERA:

Art. 1º - O Reconhecimento de novos Cursos e Habilitações

nas Instituições de Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino

e as suas subseqüentes Renovações do Reconhecimento são

regulados por esta Deliberação.

Art. 2º - Os pedidos de Reconhecimento e Renovações

do Reconhecimento serão dirigidos à Presidência do Conselho

Estadual de Educação e encaminhados pelo dirigente máximo

da Instituição de Ensino Superior no âmbito da qual funciona

o Curso.

Art. 3º - O material para solicitação de Reconhecimento e

Renovações do Reconhecimento de Cursos constará de:

I - ofício de encaminhamento assinado pelo dirigente da

instituição;

II - Histórico da Instituição;

III - Projeto Pedagógico do Curso;

IV – Relatório contendo outras atividades relevantes;

V – Relatório síntese;

§ 1º - O histórico da Instituição deverá integrar o seu sítio

na WEB e, portanto, não necessita constar dos arquivos eletrônicos

encaminhados ao Conselho.

§ 2º - O Projeto Pedagógico do Curso, o Relatório contendo

outras atividades relevantes ligadas ao Curso e o Relatório

síntese, deverão ser encaminhados em arquivos eletrônicos

(extensão.doc e extensão.pdf ou.html).

§ 3º - O ofício de encaminhamento será acompanhado de

CD (compact disc) com os arquivos eletrônicos exigidos, incluindo

em seu corpo as informações de identificação do Curso a ter

seu reconhecimento concedido ou renovado, bem como o nome

dos arquivos contidos como anexo.

§ 4o – o modelo do Relatório síntese a ser utilizado numa

primeira fase de implantação consta como anexo.

Art. 4º - Os pedidos protocolados serão analisados em

seus aspectos formais pela Assistência Técnica do Conselho que

tomará uma das seguintes providências:

I – encaminhar o pedido à Câmara de Educação Superior,

caso ele atenda aos aspectos formais da legislação e das normas

vigentes.

II – baixar diligência para que a Instituição de Ensino

Superior complemente ou reformule as informações prestadas à

legislação e normas vigentes.

Art. 5º - Ao receber o pedido de Reconhecimento ou de

Renovação do Reconhecimento, a Câmara de Educação Superior

designará dois Especialistas da área do Curso, cadastrados no

Conselho Estadual de Educação, para:

I - análise técnica do Relatório encaminhado pela Instituição;

II - visita “in loco” às instalações onde funciona o Curso;

III – realização de reuniões com a comunidade acadêmica

ligada ao Curso.

§ 1º - Os procedimentos previstos no caput levarão à redação

de Relatório circunstanciado sobre o pleito da Instituição

de Ensino.

§ 2º - Os Especialistas designados terão um prazo de 60

(sessenta) dias para a entrega final de seu Relatório e, caso isso

não ocorra sem justificativa considerada pertinente pela Câmara

de Ensino Superior, deixarão de figurar no cadastro do Conselho

Estadual de Educação.

Art. 6º - A entrega do Relatório pelos Especialistas levará

a sorteio de Conselheiro Relator membro da Câmara de Educação

Superior para a elaboração de Parecer circunstanciado e

conclusivo que deverá deferir o pedido, solicitar diligências, ou

indeferir o pedido.

Parágrafo único - no caso de solicitação de diligências, o

Conselheiro Relator deverá indicar as deficiências identificadas

pela avaliação, as providências indispensáveis para a sua correção,

bem como os prazos para essas providências, após o que

poderá ocorrer nova visita dos Especialistas com a apresentação

de novo relatório.

Art. 7º - O pedido de Reconhecimento de um novo Curso

ou Habilitação será encaminhado após decorrido período correspondente

à metade da sua duração e, no máximo, até o final

do primeiro trimestre do último ano de sua integralização pela

primeira turma.

Parágrafo único - no caso de Parecer favorável ao Reconhecimento,

este vigerá pelo prazo máximo de três anos.

Art. 8º - em qualquer caso, o Parecer do Conselheiro Relator,

após exame e decisão da Câmara de Educação Superior, será

submetido à deliberação do Plenário do Conselho e encaminhado

à autoridade competente para homologação.

§ 1º - no caso de a decisão homologada ser favorável ao

Reconhecimento do Curso, a Presidência do Conselho expedirá

o ato consequente, com especificação do prazo de vigência do

Reconhecimento estabelecido no Parecer aprovado.

§ 2º - no caso de a decisão homologada ser desfavorável ao

Reconhecimento do Curso, será dado o prazo de um ano para

que a IES realize as correções solicitadas e, após esse período,

novo procedimento avaliativo será realizado;

§ 3º - no caso de a decisão homologada ser desfavorável

ao Reconhecimento do Curso após o procedimento previsto no

parágrafo anterior, a Presidência do Conselho expedirá Ato de

Cassação da Autorização de Funcionamento do mesmo, com

indicação das providências necessárias ao resguardo dos interesses

dos alunos matriculados.

Art. 9º - A autorização de habilitações com duração igual

ou inferior a um ano, em curso já reconhecido, implica no seu

automático Reconhecimento, que será renovado juntamente

com o do Curso.

Art. 10 - a Renovação do Reconhecimento será solicitada

pela Instituição ao Conselho Estadual Educação, no primeiro trimestre

do último ano da validade do Reconhecimento do Curso.

§ 1º - cumprido o prazo determinado no caput e caso não

haja o julgamento de sua solicitação até o término do Reconhecimento

existente, a instituição terá o Reconhecimento do Curso

prorrogado pelo período de um ano.

§ 2º - Cursos com avaliação igual ou superior a 4 (quatro)

no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE),

terão prorrogado o seu Reconhecimento enquanto perdurar

esse desempenho.

§ 3º - na divulgação dos resultados do ENADE, a cada ano,

a Câmara de Educação Superior listará os Cursos das Instituições

ligadas ao CEE-SP, que atendem ao disposto no parágrafo

anterior, para fins de expedição de ato próprio da Presidência

do Conselho que efetive a prorrogação de Reconhecimento de

cada Curso.

Art. 11 – no caso de Parecer favorável, a Renovação de

Reconhecimento vigerá pelo prazo máximo de cinco anos, conforme

julgamento das condições apresentadas.

Parágrafo único - o Parecer será comunicado ao Plenário do

Conselho, encaminhado à autoridade competente para homologação,

após a qual a Presidência do Conselho expedirá o ato

consequente, com especificação do prazo de vigência da Renovação

do Reconhecimento estabelecido no Parecer aprovado.

Art. 12 – Caso o Parecer seja desfavorável à Renovação do

Reconhecimento, ele deverá sugerir uma das seguintes situações,

segundo a gravidade das irregularidades detectadas na

análise da documentação referente ao curso:

I – renovar o Reconhecimento para fins de expedição e

registro de diploma da turma concluinte no ano em curso e

determinar providências para que a Instituição proceda às correções

necessárias para nova análise e aprovação pelo Conselho

para as turmas em curso;

II – proceder como previsto no inciso I, mas recomendar a

suspensão dos processos seletivos para ingresso no Curso até

nova análise e aprovação das providencias;

III - renovar o Reconhecimento somente para fins de expedição

e registro de diploma de todos os alunos ingressantes no

Curso durante a vigência de seu reconhecimento.

§ 1º - em qualquer das situações previstas, o Parecer do

Conselheiro Relator, após exame e decisão da Câmara de

Educação Superior, será submetido à deliberação do Plenário do

Conselho e encaminhado à autoridade competente para homologação

e posterior expedição de ato conseqüente, por parte da

Presidência do Conselho.

§ 2º - no caso da Instituição não proceder às correções

determinadas e ter novo Parecer negativo à Renovação do Reconhecimento,

aprovado pelo Plenário do Conselho este será, após

homologação da autoridade competente, motivo de expedição,

pela Presidência do Conselho, da cassação da autorização de

funcionamento do curso, com indicação das providências necessárias

ao resguardo dos interesses dos alunos matriculados.

Art. 13 - Esta Deliberação entra em vigor na data da

publicação de sua homologação pela autoridade competente,

ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as

Deliberações CEE nº 63/2007 e nº 93/2009, e os artigos 13 a 16

da Deliberação CEE nº 7/2000 e os artigos 13 a 16 da Deliberação

CEE nº 48/2005.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade,

a presente Deliberação.

Sala “Carlos Pasquale”, em 28 de abril de 2010. - ARTHUR

FONSECA FILHO - Presidente

Publicado no D.O. Em 29/04/2010 Seção I Página 43

RELATÓRIO SÍNTESE

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS

INSTITUIÇÃO:

Curso:

Modalidade/Habilitação/Ênfase:

1. Atos legais referentes ao Curso (citar os atos de autorização,

reconhecimento e renovação(ões) de reconhecimento(s)

e pareceres que alteraram os dados gerais do curso, quando

houver):

1.1 Responsável pelo Curso:

1.1.1 Nome:

1.1.2 Titulação:

1.1.3 Cargo ocupado na Instituição:

2. Dados gerais:

Horários de Funcionamento:

Manhã: das ------- às ------ horas, de segunda a ---------

Tarde: das ------- às ------ horas, de segunda a ---------

Noite: das ------- às ------ horas, de segunda a ---------

Duração da hora/aula: --------minutos

Carga horária total do Curso: --------- horas

Número de vagas oferecidas, por período

Manhã: --------- vagas, por -------------- (semestre ou por ano)

Tarde: ----------- vagas, por -------------- (semestre ou por ano)

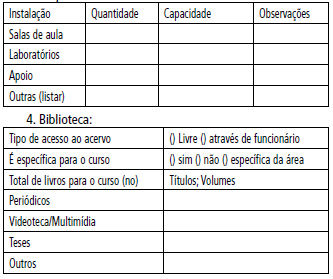
Noite: ----------- vagas, por -------------- (semestre ou por ano)

Tempo mínimo para integralização: ----------------- semestres.

Tempo máximo para integralização: ---------------- semestres.

3. Caracterização da infraestrutura física da Instituição

reservada para o Curso:

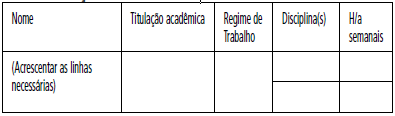


Indicar endereço do sítio na WEB que contém detalhes do

acervo

5. Corpo Docente:

5.1 Relação nominal dos docentes



Titulação acadêmica: indicar apenas a maior titulação do

docente (doutor, mestre, especialista ou graduado).

Regime de Trabalho: indicar com as letras I (dedicação

integral, com 40 horas), P (tempo parcial, de 20 horas) ou H

(horista); alternativamente, poderão ser colocados valores da

duração dos turnos de trabalho caso sejam diferentes daqueles

especificados (por exemplo 10 horas, 30 horas, etc.).

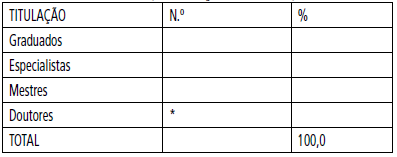
Todos os docentes devem ter Curriculum Lattes registrado

no CNPq para possibilitar verificação das informações prestadas,

por parte dos especialistas.

5.2 Docentes segundo a titulação para Cursos de Bacharelado

e/ou de Licenciatura (Deliberação CEE 55/06)



? Explicitar quantos doutores apresentam pós-doutoramento,

na mesma linha ou criar linha específica para pós-doutorado,

lembrando que, neste caso, não se trata de título.

? Caso não sejam atingidos os percentuais mínimos exigidos

na legislação, apresentar tabela total dos docentes da Instituição

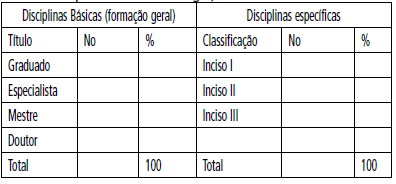
e, caso ainda assim não sejam atingidos os valores mínimos,

propor cronograma para sanar a deficiência (Del. 55/06)

OU

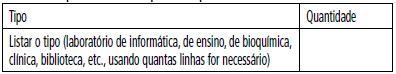
5.3 Classificação segundo a Deliberação CEE 50/2005 (para

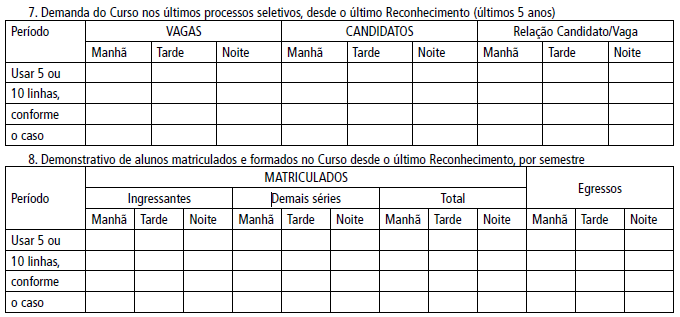
os cursos superiores de tecnologia)



Valem as observações feitas na tabela do item b.

6. Corpo técnico disponível para o Curso:





9. Matriz curricular do Curso, contendo distribuição de disciplinas por período (semestre ou ano).

Citar as normas legais que regulamentam a composição curricular do curso (diretriz curricular, carga horária, etc).

Fazer constar a existência de estágios, TCC, atividades complementares ou outras atividades necessárias para a conclusão do

curso, segundo as diretrizes curriculares pertinentes.

ANEXOS

1. Projeto Pedagógico do Curso previsto no Inciso II do

artigo 2o desta Deliberação: Deve acompanhar o relatório como

arquivo distinto ou constar do sítio da Instituição com livre

acesso e, neste caso, apenas a informação do endereço de sua

deposição. Como qualquer projeto pedagógico, deve contemplar

os Objetivos (geral e específicos); Perfil desejado para o egresso;

Ingresso (forma, número de vagas, turnos de funcionamento,

regime de matrícula, etc); Estágio curricular (monografia, TCC) se

houver – estrutura do estágio, convênios, etc.; Matriz curricular

do curso – de preferência em forma de Tabela, contendo nome

da disciplina, sigla, número de horas semanais e totais. Se julgar

pertinente, lista de pré-requisitos; Ementas das disciplinas, com a

bibliografia pertinente; outras informações relevantes.

2. Relatório contendo outras atividades relevantes: Deve

acompanhar o relatório como arquivo distinto e apresentar, pelo

menos, informações sobre as atividades de extensão desenvolvidas

pela comunidade acadêmica ligada ao curso, atividades

docentes e discentes em convênios, congressos e outros eventos

científicos, relação da pesquisa e publicações realizadas; resultados

relativos às avaliações institucionais, relativas ao curso e

outras avaliações a que o curso ou seus alunos ou docentes se

submeteram no período abrangido pelo relatório; outras informações

julgadas pertinentes.

Observações finais:

Dados sobre a Instituição: o histórico da Instituição, sua

inserção local, regional ou nacional, nome e titulação dos dirigentes

deverão fazer parte das informações constantes no sítio

da Instituição na WEB;

Dados sobre os docentes: Todos os docentes da Instituição

ficam obrigados a manter seus curricula vitae atualizados na

plataforma Lattes do CNPq.

São Paulo, 28 de abril de 2010

PROCESSO CEE N.º: 194/2003 – Reautuado em 05/04/10

INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação

ASSUNTO: Reconhecimento e Renovação do Reconhecimento

de

Cursos em Universidades, Centros Universitários, Faculdades

Integradas, Faculdades, Institutos de ensino Superior e

Escolas Superiores do Sistema Estadual de Ensino

RELATOR: Cons. Angelo Luiz Cortelazzo

INDICAÇÃO CEE N.º: 100/2010 CES Aprovada em 28-04-

2010

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

O Credenciamento de Instituições de Educação Superior,

bem como a Renovação do Reconhecimento de Cursos, surgiram

pela primeira vez em 1996, contemplados no caput do Art. 46

da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O Conselho Estadual de Educação, desde então, vem

editando normas que visam a regulamentação dos novos procedimentos

destacando-se dentre estas, a Deliberação CEE nº

07/2000, que dispõe sobre a Autorização para Funcionamento

e o Reconhecimento de Cursos e Habilitações novos oferecidos

por Instituições de Ensino Superior.

A partir de estudos realizados na Câmara de Educação

Superior foram aprovadas, posteriormente, as Deliberações CEE

nº 48/2005 e CEE nº 63/2007 que dispõem, respectivamente,

sobre o Processo de Avaliação das Faculdades, Faculdades Integradas

e Institutos Superiores de Educação do Sistema Estadual

de Ensino, e sobre a implantação de Relatório Síntese visando

à Renovação do Reconhecimento de Cursos em Instituições de

Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino.

Em função da forma como foram sendo editadas, tais

Deliberações abordam, em sua maioria, ações que devem ser

desenvolvidas por todas as Instituições de Ensino Superior (IES)

ligadas ao Sistema Estadual de Ensino ou por aquelas que não

detêm autonomia universitária.

Agora, dez anos depois da edição da Deliberação CEE nº

7/2000 que regulamenta a Autorização de Cursos para IES sem

autonomia universitária e o Reconhecimento e Renovação do

Reconhecimento para todas as Instituições, a Câmara de Educação

Superior decidiu elaborar duas novas Deliberações: uma,

com procedimentos sobre autorização e credenciamento, para as

IES sem prerrogativas de autonomia universitária e outra, para

todas as IES, visando os procedimentos de reconhecimento e

renovação de reconhecimento de cursos.

Assim, o Projeto de Deliberação colocado a seguir, refere-se

à regulamentação dos procedimentos relativos ao Reconhecimento

e às Renovações do Reconhecimento de Cursos. Tais

procedimentos devem ser praticados por todas as Instituições

de Ensino Superior ligadas ao Sistema Estadual de Ensino

(Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas,

Faculdades Isoladas e Institutos Superiores de Educação) e, até

o momento, são tratados conjuntamente àqueles relativos à

Autorização de novos Cursos (praticados por Instituições sem

prerrogativas de autonomia universitária) e que deverão gerar

Deliberação específica.

Na sistemática proposta, decidiu-se que os Projetos Pedagógicos

deverão conter dentre outros itens, obrigatoriamente,

uma contextualização da IES, com detalhes de sua importância

local, regional, ou nacional, os objetivos do curso, o perfil

esperado para os egressos, a estrutura curricular, com detalhes

sobre vagas oferecidas, prazos para integralização, atividades

obrigatórias, eletivas, complementares, estágios e trabalhos de

conclusão de curso, com a explicitação das disciplinas, suas

ementas e seus vetores de oferecimento (aulas teóricas, práticas,

etc), além da bibliografia básica e complementar recomendadas.

Como os instrumentos utilizados pelo Conselho Estadual

de Educação de São Paulo não contemplavam uma avaliação

dos egressos dos cursos, decidiu-se incentivar a participação no

Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes.

Assim, escolas que têm um conjunto de estudantes com bons

conceitos no ENADE serão dispensadas dos processos de

Renovação do Reconhecimento enquanto esse desempenho

for mantido. com isso, uma IES poderá ter seu reconhecimento

aprovado e, após este ato, continuar com seu Curso de Graduação

reconhecido enquanto seus egressos tiverem boas notas nas

avaliações nacionais.

Finalmente pretende-se, com a nova legislação, possibilitar

que uma Instituição com problemas estruturais ou de desenvolvimento

de seu Curso de Graduação, estabeleça mecanismos

de recuperação e correção de suas deficiências, de maneira

a melhorar o nível dos Cursos ministrados pelas IES públicas

estaduais e municipais do Estado de São Paulo.

2. CONCLUSÃO

Com estas ponderações, propomos o Projeto de Deliberação

a ser submetido ao Plenário deste Conselho.

São Paulo, 28 de novembro de 2009.

a) Cons. Angelo Luiz Cortelazzo

Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como sua

Indicação, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Angelo Luiz Cortelazzo, Eunice

Ribeiro Durham, João Grandino Rodas, João Cardoso Paula Filho,

Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, Maria Lúcia Marcondes

Carvalho Vasconcelos, Mário Vedovello Filho e Teresa Roserley

Neubauer da Silva.

Sala da Câmara de Educação Superior, em 31 de março

de 2010.

a) Cons. João Cardoso Palma Filho

Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade,

a presente Indicação.

Sala “Carlos Pasquale”, em 28 de abril de 2010.

ARTHUR FONSECA FILHO - Presidente

Publicado no D.O. Em 29/04/2010 Seção I Página 43